

Campo de Saberes da História da Educação no Brasil

Atena Editora



Atena Editora

**CAMPO DE SABERES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C198

Campo de saberes da história da educação no Brasil / Editora chefe Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.
202 p. : 625 kbytes

Formato: PDF
ISBN 978-85-93243-42-4
DOI 10.22533/at.ed.424171010
Inclui bibliografia

1. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDD-370.981

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

Capítulo I

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR VIÃO FRAGO

Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti.....05

Capítulo II

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938

Gabriela Marques de Sousa e Juliano Guerra Rocha.....13

Capítulo III

AÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

Sérgio Teixeira.....26

Capítulo IV

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE ARTES VISUAIS

Jéssica Maria Freisleben e Milena Regina Duarte Corrêa.....36

Capítulo V

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ENTRE O IDEÁRIO E O REAL

Júlio Resende Costa.....46

Capítulo VI

EDUCAÇÃO E ICONOGRAFIA: O USO DA IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA E METODOLÓGICA

Graciene Reis de Sousa, Antonio Guanacuy Almeida Moura, Jocyleia Santana dos Santos e Braz Batista Vas.....57

Capítulo VII

ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, José Carlos Souza Araujo e Elizabeth Farias da Silva.....67

Capítulo VIII

ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL: DEBATES E TENSÕES (1932-1961)

Bruno Borges.....88

Capítulo IX

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E SENSIBILIDADES DOCENTES, SUAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Regina Celi Frechiani Bitte.....99

Capítulo X

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E DA PROFISSÃO DOCENTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE
TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

Vilmar José Borges.....110

Capítulo XI

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: POSSIBILIDADES PARA
PENSAR A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR EM MARIANA

Priscilla Samantha Barbosa Verona.....122

Capítulo XII

O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A BUSCA DA
MODERNIDADE POR MEIO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1881-
1905)

Mariana Silva Santos.....133

Capítulo XIII

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO
EM MATO GROSSO

Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro.....146

Capítulo XIV

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

Rachel Benta Messias Bastos.....158

Capítulo XV

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Sarah Maria Freitas Machado Silva e José Luis Sanfelice.....174

Capítulo XVI

UM BREVE DEBATE EPISTEMOLÓGICO SOBRE HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA LOCAL:
QUAL CAMINHO ESCOLHER?

Willian Douglas Guilherme e Magalis Besser Dorneles Schneider.....187

Sobre os Autores.....197

CAPÍTULO III

AÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

Sérgio Teixeira

ACÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

Sérgio Teixeira

Professor do curso de Educação Física da Faculdade Pitágoras de Uberlândia -
teixeirasergio061@gmail.com

RESUMO: O propósito deste trabalho é discutir a presença do Esporte para Todos (EPT) no Brasil, no período compreendido entre de 1973 e 1990. A escolha da temática deveu-se à difusão de propostas que exaltavam o EPT como um movimento democrático, organizado a partir da população, mesmo tendo o seu apogeu durante o governo militar brasileiro. Por outro lado, nossa hipótese é que o EPT foi um movimento idealizado tendo em vista promover o controle social, sobretudo, num momento em que o regime militar via-se em fase de enfraquecimento, passando a adotar discursos voltados à participação da população em diferentes instâncias. O objetivo é apresentar as configurações do contexto no qual o movimento EPT foi desenvolvido, ou seja, traçar as articulações relativas às dimensões políticas, econômicas, sociais e educacionais estabelecidas no país durante o regime militar, mais precisamente, do início ao término do EPT. O escopo documental é composto pelos documentos do EPT, bem como legislação referente ao período abordado, além de entrevistas com atores que tiveram destaque na condução do EPT. No Brasil, o EPT foi implantado como campanha em 1977, porém, no final de 1978, ela foi desativada oficialmente, o que pode ser creditado a disputas de poder inscritas dentro dele e instaladas dentro do próprio Estado militar. Desse ponto em diante, segundo autores que fizeram parte do EPT, ele tornou-se um movimento livre das ingerências estatais e crivado por aportes de pluralismo e de descentralização. Este estudo investiga o grau de hegemonia conferido ao EPT, e como ele se ancorou no aval institucional do Estado, recorrendo ao repertório popular das atividades físicas informais, mas que não logrou o enraizamento cultural suficiente para que fosse considerado um movimento de matriz popular

PALAVRAS-CHAVE: Esporte para Todos; Regime Militar; Hegemonia.

INTRODUÇÃO

O Esporte para Todos (EPT) foi oficialmente lançado no Brasil no ano de 1977, como uma campanha que objetivava difundir o esporte de massa na população brasileira, por meio do estímulo de atividades esportivas informais. No entanto, pode-se dizer que o ano de 1973 demarca os passos iniciais do EPT no Brasil, com o advento da Jornada Internacional de Estudos sobre o Esporte, realizada na cidade de Buenos Aires.

Aliado a isso, o movimento em favor do alastramento do esporte de massa já vinha assumindo contornos internacionais significativos, uma vez que desde a década de 1960, na Europa, promoviam-se debates sobre formas de lazer ativo e

questionava-se a predominância do esporte de alto rendimento como forma de lazer passivo dos indivíduos. Na esteira dessas discussões, o “Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil” concluído em 1971, apontava o baixo percentual de pessoas praticantes de atividades físicas em nosso território.

Este trabalho busca demonstrar a trajetória do EPT no Brasil, analisando as práticas discursivas que o arrogavam como um movimento democrático, num cenário demarcado por um quadro ditatorial no país. Nesse sentido, a implantação do EPT ocorreu no momento em que o regime militar encontrava-se em vias de seu enfraquecimento e adotava discursos participativos em favor do maior envolvimento da população.

O objetivo é apresentar as configurações do contexto no qual o movimento EPT foi desenvolvido, ou seja, traçar as articulações relativas às dimensões políticas, econômicas, sociais e educacionais estabelecidas no país durante o regime militar, mais precisamente, do início ao término do EPT.

O escopo documental é composto pelos documentos do EPT, bem como legislação referente ao período abordado, além de entrevistas com atores que tiveram destaque na condução do EPT. No Brasil, o EPT foi implantado como campanha em 1977, porém, no final de 1978, ela foi desativada oficialmente, o que pode ser creditado a disputas de poder inscritas dentro dele e instaladas dentro do próprio Estado militar.

Desse ponto em diante, segundo autores que fizeram parte do EPT, ele tornou-se um movimento livre das ingerências estatais e crivado por aportes de pluralismo e de descentralização. Este estudo investiga o grau de hegemonia conferido ao EPT, e como ele se ancorou no aval institucional do Estado, recorrendo ao repertório popular das atividades físicas informais, mas que não logrou o enraizamento cultural suficiente para que fosse considerado um movimento de matriz popular.

A TRAJETÓRIA DO ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL

O “Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil” elaborado pelo professor Lamartine Pereira da Costa (COSTA, 1971), indicava que apenas 0,6% da população brasileira era praticante ativa de atividades físicas e esportivas. Isso já demonstrava que fossem pensadas estratégias para o envolvimento dos indivíduos nessas práticas.

No entanto, foi na Jornada Internacional de Estudos sobre o Esporte, realizada na cidade de Buenos Aires, no ano de 1973, que o autor supracitado, juntamente com o professor Otávio Teixeira, teve o primeiro contato com o EPT. Na oportunidade, os dois assistiram à palestra ministrada pelo alemão Jürgen Palm, que expôs “uma nova visão da educação física” (COSTA, 1977, p. 6), dedicada às pessoas comuns, ante a realidade cada vez mais elitista das atividades físicas e recreativas.

Em princípio, Costa (1981a) revela que suspeitou do teor manipulativo que poderia estar contido na simplificação dos esportes tradicionais, bem como supôs que fazia parte de uma estratégia publicitária agressiva de “venda” de um produto a ser consumido pela população. Somente através do envolvimento em congressos internacionais de Esporte para Todos e com a oportunidade de observar as vivências europeias, Costa afirma que se convenceu de que o EPT emanava de práticas descontraídas e criativas, porém com a ressalva de que não havia completa sintonia entre a população e os dirigentes do EPT europeu, uma vez que os últimos não se desgarravam das amarras tradicionais do esporte, enquanto a sociedade praticava a seu modo as suas atividades. Para Costa, existia uma diferença entre conteúdo e forma.

O posicionamento de Costa perpassou, então, pela transformação de sua opinião sobre o EPT. De uma ação que, de acordo com ele, não se sustentava por conta da falta de bases científicas, para a ênfase nas características de liberdade das pessoas na fruição de seus lazeres no EPT, o que somente o seu amadurecimento intelectual foi capaz de perceber.

Eu tinha um texto dessa reunião, reunião não, foi um congresso internacional [de Buenos Aires], que definia posições a favor do Esporte para Todos. Porém eu era envolvido com o esporte de alto nível. Assim na ocasião do debate no congresso eu rejeitei e questionei a validade do EPT, pois não tinha bases científicas. Repito: o Esporte para Todos não tinha bases científicas. Eram simples propostas de desenvolvimento comunitário e eu não entendia o que era isso. Hoje eu entendo por estar mais maduro. E quem apresentou foi o Jürgen Palm, um dos líderes internacionais do EPT que ao final me procurou e disse que eu estava convidado para visitar o Esporte para Todos na Alemanha, que ele tinha certeza que eu ia mudar de ideia (COSTA, 2015).

Portanto, os primeiros passos para a institucionalização do EPT no Brasil redundaram das ações que já incidiam em solo europeu, inclusive com a culminância “Carta Europeia do Desporto para Todos” (Documento transcrito na íntegra em Costa (1981b)., um documento cuja gênese remonta às experiências daquele continente. Posteriormente, o Esporte para Todos foi espalhado por outras partes do planeta.

No caso específico do Brasil, compreendo que as injunções externas foram significativas para a implantação do EPT em nosso país, mas é importante destacar as configurações políticas presentes naquele momento. A despeito de o esporte de massa ser alvo de preocupações desde o início da década de 1970, ele consolidou-se somente em meados desta década, quando o regime militar experimentava o seu enfraquecimento.

Com o fim do “milagre econômico”⁵, o governo militar assumiu uma entonação participativa, em virtude do alardeado crescimento não mais lhe conferir credibilidade. Nesse contexto, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, (II PND), pautou-se no empenho de se manter os impulsos gerados pela “revolução”, por meio da extensão de benefícios às regiões mais pobres do país, bem como pelo fomento do desenvolvimento social.

Dentro do panorama participativo, a Educação Física deveria oferecer a sua contribuição engendrando possibilidades de envolver a população em atividades esportivas informais, haja vista que até então o esporte no Brasil era regido pelo Decreto 3.199, de 1941, norteados basicamente para o esporte de alto rendimento.

A Lei nº 6.251/75⁶ buscou, dessa forma, dentre outras coisas, estabelecer as bases legais para o favorecimento do desporto de massa, incentivando a difusão de práticas esportivas aos indivíduos de diferentes faixas etárias, fixando as metas para que posteriormente fosse elaborado o Plano Nacional de Educação Física e Desportos.

Art. 5º - O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

I - Aprimoramento da aptidão física da população;

II - Elevação do nível de desportos em todas as áreas;

III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;

IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;

V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

Art. 6º - Caberá ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), observadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos.

Parágrafo único — O PNED atribuirá prioridade a programas de estímulo à educação física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível (BRASIL, 1976).

Para a efetivação dos anseios em torno da difusão do esporte de massa, no ano de 1977 foi lançada a campanha EPT, na qual o Documento Básico da Campanha fundamentava os princípios assentados no alargamento do universo de pessoas a ser atingido. A estrutura do MOBREAL foi utilizada, o que segundo Costa (1977) fez parte do aproveitamento da logística deste órgão, uma vez que ele estava presente em todos os municípios brasileiros.

⁵ De 1968 a 1974, o produto interno bruto brasileiro alcançou anualmente a média de 10,9%, a uma taxa de inflação de cerca de 17% ao ano, aliado também ao significativo aumento das reservas cambiais. Foi um período de euforia comemorado pelas classes altas e médias, que viram seu poder de compra aumentar, sobretudo por conta do consumo de bens duráveis. O entusiasmo causado nesses setores gerou o denominado "milagre econômico". Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ A Lei nº 6.251/75 instituiu normas gerais sobre o desporto e dava outras providências. Nela, o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) deveria observar as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos, dentre as quais implantar e intensificar a prática dos desportos de massa.

O alarde sobre a campanha EPT deu-se de maneira efusiva. De acordo com Costa (1977), somente no dia 1º de maio de 1977 houve a participação de cerca de 1,7 milhão de pessoas em todo o Brasil, na promoção de um passeio ciclístico, além de outros eventos de grande vulto, somando enorme quantidade de municípios e de voluntários esportivos e, da mesma forma, ampla divulgação da imprensa. Para o autor, “estava definitivamente comprovada a aceitação do Esporte para Todos no Brasil” (p. 12).

Ademais, em relatório apresentado por Arlindo Lopes Corrêa, em 1979, na condição de presidente do MOBREAL, onde realizou um balanço retrospectivo das ações desse órgão entre os anos de 1974 e 1978, endereçado ao ministro da Educação e Cultura à época, Euro Brandão⁷, exaltava-se os números da campanha EPT. Em suas palavras, ela houvera logrado os objetivos de abranger milhões de participantes, nos anos de 1977 e 1978, espalhando-se por mais de dois mil municípios.

Entretanto, a despeito de tamanho sucesso demonstrado pelos números, a campanha EPT foi oficialmente desativada no final de 1978, por razões não tão bem explicadas. Infiro que um dos motivos pode se reportar a disputas de poder, inclusive centradas na proeminência da figura de Corrêa. Em entrevista concedida a mim, por Edson Francisco Valente, um dos principais articuladores do EPT no Brasil, indaguei sobre essa situação.

Tanto na Câmara, como no Senado, eles não estavam gostando desse tipo de coisa. O Arlindo estava aparecendo muito. E, com a campanha Esporte para Todos, aí que cresceu mesmo o nome dele, com a mobilização... Até, teve uma época que o pessoal dizia assim: “O EPT é um novo partido que vai surgir no Brasil?”. Era sempre vinculado à política. Mas, foi um movimento também político, você não pode deixar de avaliar, mas que estava indo de encontro às perspectivas políticas do Brasil naquela conjuntura (VALENTE, 2015).

Findada a campanha, a partir daí surgiu um movimento considerado por intelectuais que atuaram em seu desenvolvimento, finalmente eivado por interesses comunitários, um movimento pluralista e descentralizado, livre das ingerências governamentais.

É interessante perceber como se dão as dinâmicas do EPT como um movimento que se arrogava democrático, dentro de um regime ditatorial. Embora fosse difundido que ele fugia das esferas burocráticas estatais, inclusive distanciando-se da estrutura administrativa da SEED - Secretaria de Educação Física e Desportos (VALENTE, 1993), o EPT somente foi encontrar a sua legalização por intermédio da Portaria nº 522/81, do Ministério da Educação e Cultura.

Nesse contexto, parcela da literatura aponta que o EPT adquiriu autonomia e muniu-se de elementos comunitários, sendo formulados os princípios do Esporte para Todos, a Carta de Compromisso do Esporte para Todos, uma espécie de

⁷ Disponível em: <<http://goo.gl/mytWr6>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

código de ética, além da criação da Rede Esporte para Todos, que objetivava incrementar os canais de comunicação do movimento.

No entanto, a efemeridade do EPT responde pela sua institucionalização e vinculação estatal. Com o fim do regime militar, em 1985, O EPT no Brasil paulatinamente perdeu força até ser definitivamente desativado no ano de 1990, por meio da extinção da SEED.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos fatores pelos quais torna-se delicada a tarefa de se criticar um movimento da envergadura do EPT é ser atribuído ao pesquisador certa renitência quanto ao favorecimento de práticas esportivas populares. Diante de um corpo de autores de reconhecida competência, que enaltecem as ações do EPT, adentrar nesse universo conceitual pressupõe que as críticas não devem simplesmente ser endereçadas a um movimento que existiu no regime militar e isso traduziria, a priori, que ele obedeceria a um caráter manipulativo e estaria alinhado às conjecturas repressivas de um governo ditatorial.

Isso posto, os caminhos pelos quais se enveredou este trabalho foi o de investigar o comportamento do EPT, como um movimento que se auto denominou espontâneo, democrático, de baixo para cima, aberto às iniciativas populares e dotado de espírito de improvisação, dentro de uma realidade diversa que atravessava o país.

O depoimento do professor Lamartine Pereira da Costa oferece relevantes contribuições nesse sentido, uma vez que ao me questionar sobre as possibilidades de eu me assumir como um pesquisador contrário às práticas esportivas informais, brotadas das comunidades, abre-se os campos para as discussões centrais deste trabalho.

Agora, minha pergunta é a você. Você já teve em conta na sua tese o prejuízo que você pode causar a uma ideia da cultura nacional, que quem lê, pode entender que o EPT foi manipulação, pois a interpretação é atrativa. Aliás, sendo o EPT um fato da cultura, você está criticando a própria população. Você tem conta disso, ou só vale aquele momento, aquele documento da abertura da campanha? Nós somos profissionais da área, você é um doutorando e eu estou dirigindo dissertações desde 1973, o que me sugere ver diferentes tons da realidade e no trato dos dados. Então, produzir conhecimento é válido, você deve fazer isso, apontar o lado negativo para a sociedade. É um dever intelectual. Dever! Não coloquei que você pode, você deve. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que preservar os lados positivos dessas manifestações, sobretudo, as que vêm da base, da população (COSTA, 2015).

Inverto a lógica de que o EPT se consagrou um costume comunitário, mas, ao contrário, apropriou-se de um repertório popular localizado no acervo cultural da

população, este sim historicamente construído, a fim de se institucionalizar e reivindicar para si o papel de condutor das atividades esportivas informais.

Afiançar, portanto, que este estudo realizado por mim, ignora os aportes culturais pertencentes às práticas comunitárias, é uma maneira oblíqua de interpretar o objeto deste trabalho, cuja lógica visa a perscrutar o EPT, no que tange à sua trajetória vinculada a um organismo institucional localizado num regime ditatorial. Sob essa ótica, atividades diversas, multifacetadas, eram divulgadas em nome de uma suposta legitimação dos anseios comunitários.

Assim, frente ao panorama participativo que se almejava no âmbito das políticas governamentais, dado ao próprio enfraquecimento que se observava no regime militar, o EPT pautou-se por uma lógica crivada pelo controle social, utilizando táticas sutis, afeitas ao ideário do II PND.

Afinal, não é somente pela repressão que são estabelecidos os controles sobre os corpos bem como sobre as massas. Devem-se fomentar condições para que se gerem positivities e estas estejam no interior de engrenagens que amenizem as lutas de classes, as quais, por sua vez, compõem as tessituras responsáveis por definir a ossatura do Estado. O Estado é portador de uma autonomia relativa, assumindo estratégias de persuasão e condensando as relações de poder que se entrecruzam em suas entranhas (POULANTZAS, 1985).

O enaltecimento do sentido comunitário e cultural transformou-se no motor dos empreendimentos do EPT, advogando para si o pluralismo e a descentralização como princípios fundamentais na construção de seus discursos. Exemplos de experiências foram divulgados, no intuito de conferir às comunidades a liberdade de expressão na execução de suas práticas.

Porém, para se pensar numa realidade plural, Bobbio (1998) afirma que ela emana da maior participação política dos grupos sociais. No meu entendimento, o EPT não atingiu esse objetivo, uma vez que serviu de mecanismo para se abrigar no ideário governamental de propagação de um quadro de normalidade democrática inexistente no cenário brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A minha interpretação ao longo deste trabalho fundou-se no reconhecimento de que as atividades esportivas comunitárias se inscrevem no contexto da sociedade, enquanto o EPT se constituiu num movimento atrelado ao regime militar, que se desgastou à medida que os canais institucionais não mais o alimentavam.

Ressaltar que eventuais suspeitas de que minhas análises causariam prejuízos à ideia de cultura nacional e que eu estaria ignorando os atributos comunitários registrados nas atividades esportivas informais são uma maneira inconsistente de ajuizar o objeto deste estudo, qual seja, avaliar em que medida um movimento do porte do EPT comportou-se sob a tutela do Estado Militar.

Intentei discutir sobre o conteúdo e a forma incrustados no EPT. Por deparar-me com retóricas pautadas na participação popular, bem como na obediência às práticas localistas, incentivadoras dos desejos brotados das comunidades, percebo que elas adquirem uma atração, demarcam simpatias e conferem aos leitores e aos potenciais praticantes as credenciais necessárias para o desenvolvimento das ações. Logo, o conteúdo é sedutor.

A desconfiança, desde o início, o fator motivador de me aventurar pelas fontes do EPT, diz respeito à condução desse movimento durante um regime ditatorial, o que, a meu ver, teve a nítida pretensão de adequá-lo à conjunção política que permeava o cenário brasileiro, isto é, a forma eivou-se por um caminho de conformação, de ajustamento do EPT às demandas governamentais.

Em que pese as influências internacionais, a constatação desta tese é que o EPT no Brasil se crivou de suas particularidades e se amoldou de acordo com as exigências situadas em âmbito nacional. Quero enfatizar com isso que, em nosso país, o EPT cumpriu uma lógica própria, regulada em concordância com as diretrizes definidas no regime militar.

O grau de importância destinada ao EPT abarca a estratégia participativa governamental, em que a difusão do esporte de massa faria com que a Educação Física assumisse a sua parte nos esforços de convencer a população e aglutiná-la em torno dos objetivos colimados.

Findado o regime militar, o EPT perdeu o eu vigor e, é justamente por conta disso que ele deixou de prosseguir o seu caminho e desvelou o desapego popular, não logrando forças suficientes a partir do momento em que se separou das amarras institucionais, porque não foi um movimento que conquistou aderência, não foi sedutor, foi incapaz de persuadir a população.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Verbetes Pluralismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de: Carmen Varialle et all. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de Abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 16 abr. 1941. Disponível em: <http://goo.gl/vq1r1Z>. Acesso em 26 jun. 2014.

_____. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, 1975. Disponível em: <<http://goo.gl/zDRGrx>>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. Lei nº 6.251 de 08 de outubro de 1975. Política Nacional de Educação Física e Desporto. Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED). Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Departamento de Educação Física e Desportos: Departamento de Documentação e Divulgação, **Diário Oficial da União**, 1976.

COSTA, Lamartine Pereira da. Bases institucionais do Esporte para Todos. In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981b, p. 21-29.

_____. *Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil*. Brasília: CNRH-IPEA/DEF-MEC, 1971.

_____. Implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 35, 1977, p. 6-12.

_____. Introdução: a necessária reflexão. In: _____. *Teoria do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981a, p. 1-6.

_____. [Entrevista relativa ao Esporte para Todos no Brasil]. Rio de Janeiro, 10 mar. 2015. Depoimento concedido a Sérgio Teixeira.

DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, 1977, p. 13-27.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Portaria nº 522 de 1º de setembro de 1981. Aprova o regimento interno da Secretaria de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 set. 1981. Disponível em: <<http://goo.gl/mJ85pZ>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução de: Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VALENTE, Edison Francisco. *Perspectivas históricas do movimento Esporte para Todos no Brasil*. 176 f. Dissertação (mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. [Entrevista relativa ao Esporte para Todos no Brasil]. Maceió, 12 maio 2015. Depoimento concedido a Sérgio Teixeira.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-42-4

